



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI COMPLEMENTAR N° 30/1999

Que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2° A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Passa Quatro, e sua devida adequação à Lei Federal n.º 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, que assegurem o desenvolvimento físico, mental, social e espiritual, em condições de dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de serviços especiais, nos termos da lei.

II - políticas e programas de assistência e promoção social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitam;

III - serviços especiais de prevenção e proteção dos direitos, através de assistência médica, jurídica, psico-social às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

§1° Os serviços necessários à proteção dos direitos da criança e do adolescente, descritos no **caput** deste artigo, serão instituídos pela Administração Pública, através de seus órgãos pertinentes e por entidades governamentais e não governamentais legalmente constituídas.

§2° As entidades governamentais e não governamentais responsáveis pelo atendimento à criança e ao adolescente serão fiscalizadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares, de acordo com o artigo 95 da Lei Federal n.º 8.069/90 e estarão sujeitas às medidas previstas no artigo 97 da mesma lei federal.

Art. 3° São órgãos de garantia da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (CTDCA); e

III - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMCA).

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Seção I

Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 4º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, em todos os níveis, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal n.º 8.069/90.

Seção II

Da Competência do Conselho

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - atuar na formulação de estratégias e controle da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, atividades, programas, projetos e planos, inclusive quanto à captação e aplicação dos recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

III - estabelecer as diretrizes e prioridades a serem incluídas no plano municipal de proteção integral à criança e ao adolescente do Município, em tudo quanto se refira ou possa afetar as suas condições de vida;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município que possa afetar as suas deliberações;

V - registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como assim suas alterações, e que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-assistida.

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - elaborar seu regimento interno e eleger sua diretoria;

VIII - solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro governamental, nos casos de vacância e término de mandato;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IX - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha, posse, instalação e funcionamento do Conselho Tutelar;

X - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações, atividades, programas e projetos de proteção integral à criança e ao adolescente, no âmbito do Município;

XI - propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XII - opinar sobre o orçamento municipal destinado às ações, programas, atividades e projetos de proteção integral à criança e ao adolescente;

XIII- opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para atividades esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

XIV - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, doações subsidiadas e demais receitas, aplicando, necessariamente, percentual para o incentivo ao acolhimento, sob forma de guarda, de criança e adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar.

Seção III Dos Membros do Conselho

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros efetivos e igual número de suplentes da seguinte forma:

I - 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um efetivo e um suplente, de cada uma das seguintes áreas: social, de saúde, educacional, financeira e jurídica.

II - 05 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes representantes das entidades não governamentais ou escolas, os quais serão escolhidos em assembleias convocadas para esse fim.

III - a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será escolhida na primeira reunião de cada mandato de seus membros e será constituída de, no mínimo, Presidente, Vice-Presidente e Secretário, nos termos do regimento interno;

IV - a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 7º O processo de escolha dos membros representantes das entidades não governamentais e escolas para a composição do CMDCA obedecerá as seguintes disposições:

I - a escolha dos representantes será realizada em Assembleia Geral, constituída pelas entidades não governamentais e escolas, devidamente credenciadas, convocada pelo CMDCA e na inaugural pelo Prefeito Municipal;

II - as entidades que desejarem indicar candidato ao CMDCA deverão:

a) apresentar seu Estatuto Social;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

b) estar cadastrada no CMDCA, exceto na constituição inaugural do Conselho;

c) ter existência mínima de 1 (um) ano;

d) no caso de entidade escolar, apresentar autorização de funcionamento emitida pelo órgão de ensino competente.

III - os candidatos indicados pelas entidades não governamentais ou escolas deverão preencher os requisitos do artigo 18, respeitados os impedimentos do artigo 20 desta lei.

IV - cada entidade não governamental ou escola poderá credenciar apenas 1 (um) candidato, com seu respectivo suplente;

V - as entidades não governamentais ou escolas que desejarem participar da Assembleia Geral para escolha de representantes ao CMDCA, com direito a voto deverão credenciar-se junto ao CMDCA ou ao órgão indicado pelo Executivo Municipal, constituição inaugural, apresentando:

a) prova de sua existência legal;

b) indicação de um nome e seu suplente, escolhidos em assembleia geral da entidade não governamental ou escola, para exercer o voto, com cópia da ata;

c) documento de identidade.

VI - no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, antecedendo o término de seu mandato, o CMDCA convocará, através de seu presidente, ou do Prefeito Municipal no caso da instalação do primeiro conselho, por meio de edital público, eleição para conselheiros representantes das entidades não governamentais e escolas.

VII - o processo de escolha dos membros da sociedade civil será normatizado pelo CMDCA, através de resolução, publicada em edital, nos termos do inciso VI deste artigo, e deverá conter:

a) prazos;

b) impugnações e recursos;

c) horário, dia e local da realização da Assembleia Geral;

d) forma de votação;

e) apuração;

f) posse.

Art. 8º A posse dos eleitos e a transmissão dos cargos dar-se-á em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, presidida pelo Prefeito Municipal, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a eleição.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 9º A fim de assegurar continuidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para cada membro indicado será escolhido um suplente para vaga específica.

§1º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são nomeados pelo Prefeito Municipal.

§2º Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente outros órgãos e demais entidades de âmbito Municipal, Estadual e Federal, representativos de profissionais dos serviços de saúde, educação, assistência social, assistência religiosa, seguranças e outras áreas afins.

Seção IV Do Mandato dos Conselheiros

Art. 10. Os conselheiros e suplentes têm mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por uma vez e por igual período.

§1º Em caso de vaga, a nomeação do suplente é para completar o prazo do mandato do substituído.

§2º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada a mais de 05 (cinco) reuniões consecutivas;
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 02 (dois) anos;
- e) procedimento incompatível com a dignidade da função;
- f) condenação por crime comum ou de responsabilidade com trânsito em julgado;
- g) mudança de residência do Município;
- h) condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção.

§3º O CMDCA é competente para declarar a extinção do mandato de seus membros, por maioria de votos, vedando-se o voto de conselheiro em julgamento, nos termos do parágrafo segundo deste artigo.

§4º Declarado vago o cargo de conselheiro, o CMDCA dará posse imediata ao primeiro suplente, para completar o prazo do mandato do substituído.

Seção V Do Funcionamento e das Reuniões do Conselho



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo 6 (seis) vezes por ano, na forma e periodicidade estabelecidas em regimento interno.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do conselho.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 13. Fica autorizada a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser regulamentado por lei, com o objetivo de captar e aplicar recursos financeiros para o desenvolvimento da política municipal de proteção integral à criança e ao adolescente, sob a fiscalização e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da Criação e Natureza do Conselho

Art. 14. Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passa Quatro, órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei nº 8.069, de 13/07/90 e Lei de Emenda à Lei Orgânica nº 008, de 30/06/98.

Seção II

Dos Membros e da Competência do Conselho

Art. 15. O Conselho Tutelar é composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 16. Para cada conselheiro há um suplente.

Art. 17. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do citado estatuto;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do referido estatuto;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V- encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente para o autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Seção III

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 18. São requisitos para candidatar-se a exercer a função de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município;

IV - portador de nível de 1º grau de escolaridade;

V - ter sua candidatura indicada por entidade, escola ou entidade do movimento popular ou da sociedade civil;

VI - comprovar experiência no trato com crianças e adolescentes.

Art. 19. Os conselheiros são escolhidos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenadas e fiscalizadas por comissão especialmente designada pelo conselho para este fim, não excluindo a fiscalização a ser exercida pelos órgãos públicos competentes.

§1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará, por resolução, o processo de escolha, posse e transmissão de cargos dos membros do Conselho Tutelar, que será fiscalizado pelo Ministério Público, conforme artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/90.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º A resolução regulamentadora deverá ser publicada em edital público, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, antecedendo as eleições e, prevendo, entre outros:

- a) prazos;
- b) impugnações;
- c) horário, dia, local da realização das eleições;
- d) forma de votação;
- e) requisito de identificação do eleitor;
- f) apuração;
- g) posse.

Art. 20. Serão impedidos de servir no mesmo conselho, marido e esposa, ascendente e descendente, sogro, genro e nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

§1º Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

§2º Estende-se, também, o impedimento à autoridade pública, em exercício de mandato executivo ou legislativo, no exercício de cargo de confiança ou em mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção IV **Do Funcionamento do Conselho Tutelar, Exercício da Função e da** **Remuneração dos Conselheiros**

Art. 21. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constitui serviço relevante, estabelece presunção de idoneidade moral e assegura prisão especial em caso de crime comum até julgamento definitivo.

Art. 22. Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros tutelares não são considerados servidores dos quadros da Administração Municipal, mas deverão receber remuneração nos termos da lei.

Art. 23. Ao conselheiro tutelar, servidor da administração direta ou indireta, não se aplica a remuneração prevista no artigo 20, ficando afastado de seu cargo, emprego ou função, pelo tempo de duração de seu mandato, sem prejuízos de sua remuneração como servidor público.

Art. 24. O Conselho Tutelar funcionará em local adequado às suas funções, destinado exclusivamente para este fim, numa área central da cidade, providenciado pelo Poder Executivo Municipal.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§1º O atendimento ao público será de segunda à sexta-feira, de 8:00 às 12 horas e 14:00 às 18:00 horas.

§2º Poderá ser criado atendimento especial de plantão, avaliadas as necessidades e desde que haja infra-estrutura suficiente.

§3º Cada conselheiro tutelar cumprirá uma jornada mínima de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme esquema de revezamento, em horários que sejam capazes de suprir as exigências do Conselho.

§4º Faltas não justificadas ou não repostas serão comunicadas ao CMDCA, para desconto na ajuda de custo, proporcionais aos dias faltosos.

§5º Será afixado na sede do Conselho o horário de atendimento de cada conselheiro tutelar.

§6º Os conselheiros tutelares registrarão suas presenças através de assinaturas em livro próprio ou folhas de ponto.

§7º A cada 12 (doze) meses no exercício da função, o conselheiro tutelar terá direito a 30 (trinta) dias de descanso, pelos quais receberá a mesma remuneração.

§8º Conceder-se-á licença ao conselheiro tutelar, por no máximo 120 (cento e vinte) dias, por ano, para tratar de qualquer assunto, desde que não remunerada.

§9º O conselheiro tutelar efetivo será substituído pelo suplente, nos casos de:

I - afastamento definitivo ou de afastamento consecutivo ou intercalado que exceda a 120 (cento e vinte) dias, em cada ano;

II - afastamento temporário por motivo de férias ou licença.

Art. 25 - O conselheiro tutelar estará sujeito à cassação de mandato nos casos de:

I - exposição da criança ou adolescente a risco ou pressão física, psicológica, político-partidária ou religiosa;

II - imposição de conduta coercitiva para a criança ou adolescente;

III - quebra de sigilo dos casos a si submetidos, de modo que envolva danos à criança ou adolescente;

IV - existência, pela prática de crime ou contravenção, de sentença transitada em julgado;

V - descumprimento da jornada de trabalho, dos prazos e funções que lhes são estabelecidos em lei;

VI - outras disposições legais ou previstas no regimento interno.

Art. 26. Cabe ao CMDCA receber denúncias e apurar as irregularidades cometidas por conselheiro tutelar, assegurando-lhe o direito de ampla defesa.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. No prazo de 30 (trinta) dias, o Chefe do Poder Executivo Municipal convocará as entidades para escolha de seus representantes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 28. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, será instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para elaborar o seu regimento interno e providenciar a constituição do Conselho Tutelar.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 28 de dezembro de 1999.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro
Sec. Mun. Administração